# CÂMARA DOS DEPUTADOS 54ª LEGISLATURA (2011 A 2015)



# Sessão Legislativa 2013

1/2/13 a 23/12/13

Retificada em 16/1/14

#### Mesa Diretora

Presidente: Henrique Eduardo Alves

1° Vice-Presidente: André Vargas
2° Vice-Presidente: Fábio Faria
1° Secretário: Márcio Bittar
1° Secretário: Simão Sessim
2° Secretário: Maurício Quintella Lessa
4° Secretário: Biffi
4°

Suplentes de Secretário 1º Suplente: Gonzaga Patriota 2º Suplente: Wolney Queiroz 3º Suplente: Vitor Penido 4º Suplente: Takayama

# I – ESTATÍSTICA DOS TRABALHOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

TRABALHOS DO PL DA CÂMARA DOS DE 2013		
1. Número de Sessões realizadas		424
. Sessões Preparatórias		1
. Sessões deliberativas ordinárias		49
. Sessões não deliberativas de debates		126
. Sessões extraordinárias		151
. Sessões não deliberativas Solenes		97
1.1. Comissões Gerais Realizadas  Uma Comissão Geral foi realizada dentro de sessão de ordinária e dez foram realizadas em sessões extraordin exclusivamente para esse fim	11	
2. Números de proposições aprovadas e/ou penário	137	
	MATÉRIAS APROVADAS	MATÉRIAS REJEITADAS
- Propostas de Emenda Constitucional – 1º e 2º turnos	9	1
- Propostas de Emenda Constitucional – 1º turno	1	-
- Medidas Provisórias	31	-
- Projetos de Lei Complementar	5	1
- Projetos de Lei	32	
- Projetos de Decreto Legislativo	26	-
- Projetos de Resolução	30	-
- Representação	-	1
TOTAL	134	3
3. Outras matérias aprovadas e/ou re Plenário (*)	ejeitadas pelo	527
TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS PI PLENÁRIO	664	

<sup>(\*)</sup> Concessão de efeito suspensivo ao Recurso em Questão de Ordem, Destaque, Emenda, Mensagem de Retirada de Proposição, Parecer, Recursos, Redação do Vencido em 1º Turno de PEC, Redação Final, Requerimento de Adiamento de Discussão ou de Votação, Requerimento de Destaque, Requerimento de Encerramento de Discussão, Requerimento de Inversão de Pauta, Requerimento de Preferência, Requerimento de Prorrogação da Sessão, Requerimento de Retirada de Emenda, Requerimento de Retirada de Pauta, Requerimento de Urgência, Requerimento de Votação artigo por artigo, ou de emenda uma a uma, Requerimento de Votação em Globo, Requerimento para Inclusão de Matéria em Pauta, Requerimento para Dispensa de Interstício, Requerimento para Representação da Câmara por Comissão Externa, Subemenda, moção.

# TRABALHOS DAS COMISSÕES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS 2013

4. Número de matérias (PL, PDC) aprovadas conclusivamente (art.24, II) Projeto de Lei (principal e apensados) - 300 Projeto de Decreto Legislativo - 776	1076
Fonte: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC	
5. Número de reuniões e outros eventos realizados pelas Comissões Permanentes e Subcomissões.	
Reuniões:	
Instalação, Eleição, Deliberativa e Audiência Pública - 1354 Eventos:	1667
Seminário, Conferência, Mesa Redonda, Painel, Palestra,	
Simpósio e outros eventos - 313	
Fonte: Departamento de Comissões (Decom)  6. Número de reuniões e outros eventos realizados pelas Comissões Temporárias	
Reuniões:	
Instalação, Eleição, Deliberativa e Audiência Pública - 428	584
Eventos:	204
Seminário, Conferência, Mesa Redonda, Painel, Palestra,	
Simpósio, diligências e outros eventos - 156	
Fonte: Departamento de Comissões (Decom)	
7. Número de Comissões Temporárias	89
. Parlamentares de Inquérito em funcionamento	3
. Parlamentares de Inquérito encerradas	1
. Especiais em Funcionamento	59
. Especiais encerradas	9
. Externas em funcionamento	14
. Externas encerradas	3

# MATÉRIAS APRECIADAS

PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO				
Proposição	Autor	Ementa/ Assunto	Apreciação na Câmara	Situação
PEC 111/11	Dalva Figueiredo e outros	Altera o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, e dá outras providências.	6.3.13 1° turno	1° Turno
PEC 544/02	Senado Federal	Cria os Tribunais Regionais Federais da 6 <sup>a</sup> , 7 <sup>a</sup> , 8 <sup>a</sup> e 9 <sup>a</sup> Regiões.	13.3.13 1° turno 3.4.13 2° turno	Emenda Constitucional 73/13
PEC 37/11	Lourival Mendes	Acrescenta o § 10 ao art. 144 da Constituição Federal para definir a competência para a investigação criminal pelas polícias federal e civis dos Estados e do Distrito Federal.	25.6.13	Rejeitada
PEC 207/2012	Senado Federal	Altera o art. 134 da Constituição Federal. Garante às Defensorias Públicas da União e do Distrito Federal autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária.	3.7.13 1° turno 16.7.13 2° turno	Emenda Constitucional 74/13
PEC 190/2007	Flávio Dino	Acrescenta o art. 93-A à Constituição Federal de 1988". Explicação: Determina que Lei Complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal (STF), disporá sobre o Estatuto dos Servidores do Judiciário. Altera a Constituição Federal de 1988.	7.8.13 1° turno 4.9.13 2° turno	Vai ao Senado Federal.
PEC 565/2006	Senado Federal	Altera os arts. 57, 165, 166, e acrescenta art. 165-A, todos da Constituição Federal, tornando de execução obrigatória a programação constante da lei orçamentária anual (Orçamento Impositivo).	13.8.13 1° Turno 27.8.13 2° turno	Arquiva na Câmara
PEC 349/01	Luiz Antônio Fleury	Altera a redação dos arts. 52, 53, 55 e 66 da Constituição Federal para abolir o voto secreto nas decisões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Explicação: Institui o voto aberto nas decisões do Legislativo Federal.	3.9.13 2° turno	Emenda Constitucional 76/13
PEC 346/13	Arlindo Chinaglia	Dá nova redação ao caput do art. 54 e acrescenta o art. 54-A, ambos do Ato das Disposições Constitucionais.  NOVA EMENTA: Dá nova redação ao caput do art. 54 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e acrescenta art. 54-A a este Ato.	5.11.13 1° e 2° turnos	Vai ao Senado Federal

PEC 368/09	Carlos	Dá nova redação ao art. 42 do Ato das	3.12.13	Vai ao Senado
	Bezerra	Disposições Constitucionais Transitórias,	1° turno	Federal
		ampliando o prazo em que a União		
		deverá destinar às regiões Centro-Oeste e		
		Nordeste percentuais mínimos dos		
		recursos destinados à irrigação.		
PEC 90/11	Luiza	Dá nova redação ao art. 6º da	4.12.13	Vai ao Senado
	Erundina	Constituição Federal, para introduzir o	1° e 2° turnos	Federal
		transporte como direito social.		
PEC 55/11	Hugo Motta	Dá nova redação ao § 8° do art. 144, da	11.12.13	Vai ao Senado
		Constituição Federal, para disciplinar a	1° e 2° turnos	Federal
		carreira dos agentes públicos		
		responsáveis pelo policiamento de		
		trânsito, em âmbito municipal.		

	PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR				
Proposição	Autor	Ementa/ Assunto	Apreciação na Câmara	Situação	
PLP 277/05	Leonardo Mattos	Estabelece critérios para a concessão de aposentadoria aos segurados portadores de deficiência na forma do artigo 201, § 1º da Constituição Federal. NOVA EMENTA: Regulamenta o § 1º do art. 201 da Constituição Federal, no tocante à aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do Regime Geral de Previdência Social – RGPS.	17.4.13	Lei Complementar 142/13	
PLP 416/08	Senado Federal	Dispõe sobre o procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, para regulamentar o § 4º do art. 18, da Constituição Federal.	4.6.13	Vetado	
PLP 266/13	Senado Federal	Altera a Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e a Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União), para dispor sobre os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE); e revoga dispositivos da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.	12.6.13	Rejeitado	
PLP 288/13	José Pimentel	Altera a Lei Complementar n° 62, de 28 de dezembro de 1989, a Lei n° 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e a Lei n° 8.443, de 16 de julho de 1992 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União), para dispor sobre os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE); e revoga dispositivos da Lei n° 5.172, de 25 de outubro de 1966.	25.6.13	Lei Complementar 143/13	

PLP 200/2012	Senado	Acrescenta § 2° ao art. 1° da Lei	23.7.13	Vetado
	Federal	Complementar nº 110, de 29 de junho de		
		2001, para estabelecer prazo para a		
		extinção de contribuição social.		
PLP 238/13	Poder	Dispõe sobre o quórum de aprovação de	23.10.13	Vai ao Senado
	Executivo	convênio que conceda remissão dos		Federal
		créditos tributários constituídos em		
		decorrência de benefícios, incentivos		
		fiscais ou financeiros instituídos em		
		desacordo com a deliberação prevista no		
		art. 155, § 2°, inciso XII, alínea "g", da		
		Constituição, e para a reinstituição dos		
		referidos benefícios nos termos da		
		legislação aplicável; altera a Lei		
		Complementar n° 101, de 4 de maio de		
		2000, que estabelece normas de finanças		
		públicas voltadas para a responsabilidade		
		na gestão fiscal; dispõe sobre critérios de		
		indexação dos contratos de		
		refinanciamento da dívida celebrados		
		entre a União, Estados e Municípios; e		
		dá outras providências.		
		NOVA EMENTA: Altera a Lei		
		Complementar nº 101, de 4 de maio de		
		2000, que estabelece normas de finanças		
		públicas voltadas para a responsabilidade		
		na gestão fiscal; dispõe sobre critérios de		
		indexação dos contratos de		
		refinanciamento da dívida celebrados		
		entre a União, Estados e Municípios; e dá		
		outras providências.		

MEDIDAS PROVISÓRIAS				
Proposição	Autor	Ementa/ Assunto	Apreciação na Câmara	Situação
MPV 581/12 PLV 32/12	Poder Executivo	Dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO; autoriza a União a conceder subvenção econômica às instituições financeiras oficiais federais, sob a forma de equalização de taxa de juros nas operações de crédito para investimentos no âmbito do FDCO; altera as Leis nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que tratam das operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste; constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil S.A., e dá outras providências.	19.2.13	Lei 12.793/13 Vetada parcialmente
MPV 588/12 PLV 31/12	Poder Executivo	Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 1.683.716.400,00, para o fim que especifica.	19.2.13	Lei 12.791/13
MPV 582/12 PLV 1/13	Poder Executivo	Altera a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, quanto à contribuição previdenciária de empresas dos setores industriais e de serviços; permite depreciação de bens de capital para apuração do Imposto de Renda; institui o Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes; altera a Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012, quanto à abrangência do Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa; altera a incidência da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS na comercialização da laranja; reduz o Imposto de Renda devido pelo prestador autônomo de transporte de carga; e dá outras providências.	20.2.13	Lei 12.794/13

		,		
MPV 586/12 PLV 2/13	Poder Executivo	Dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União aos entes federados no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, e dá outras providências.	26.2.13	Lei 12.801/13
MPV 587/12 PLV 3/13	Poder Executivo	Autoriza para a safra 2011/2012 o pagamento de valor adicional ao Benefício Garantia - Safra, de que trata a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, e amplia para o ano de 2012 o Auxílio Emergencial Financeiro, de que trata a Lei nº 10.954, de 29 de setembro de 2004. NOVA EMENTA: Autoriza para a safra 2011/2012 o pagamento de valor adicional ao Benefício Garantia-Safra, de que trata a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002; amplia para o ano de 2012 o Auxílio Emergencial Financeiro, de que trata a Lei nº 10.954, de 29 de setembro de 2004; e dá outras providências.	19.3.13	Lei 12.806/13 vetada parcialmente
MPV 589/12 PLV 4/13	Poder Executivo	Dispõe sobre o parcelamento de débitos junto à Fazenda Nacional relativos às contribuições previdenciárias de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.	10.4.13	Lei 12.810/13 Vetada parcialmente
MPV 594/12 PLV 5/13	Poder Executivo	Altera a Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, quanto à autorização para concessão de subvenção econômica em operações de financiamento destinadas a aquisição e produção de bens de capital e a inovação tecnológica; altera a Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007, quanto à concessão de subvenção econômica em operações destinadas a financiamentos a diferentes setores da economia; altera a Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011, quanto à concessão de subvenção econômica em financiamentos destinados a beneficiários localizados em Municípios atingidos por desastres naturais; e altera a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, que autoriza a concessão de subvenção econômica às instituições financeiras oficiais federais nas operações de crédito para investimentos no âmbito do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE.	10.4.13	Lei 12.814/13 vetada parcialmente
MPV 602/12	Poder Executivo	Autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - Censipam e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, e dá outras providências.	23.4.13	Lei 12.809/13

<b>MPV 590/12</b>	Poder	Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de	7.5.13	Lei 12.817/13
PLV 8/13	Executivo	2004, para ampliar a idade limite de		
		crianças e adolescentes que compõem as		
		unidades familiares beneficiárias do		
		Programa Bolsa Família elegíveis ao		
		recebimento do Benefício para Superação		
		da Extrema Pobreza, e dá outras		
3 FDV 502 /4 2	D 1	providências.	0.5.10	I : 10 01 6/10
MPV 593/12	Poder	Altera a Lei nº 12.513, de 26 de outubro	8.5.13	Lei 12.816/13
PLV 6/13	Executivo	de 2011, que institui o Programa Nacional		Vetada
		de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego –		parcialmente
		Pronatec, para ampliar o rol de beneficiários e ofertantes da Bolsa-		
		Formação Estudante; e dá outras		
		providências.		
MPV 595/12	Poder	Dispõe sobre a exploração direta e	16.5.13	Lei 12.815/13
PLV 9/13	Executivo	indireta, pela União, de portos e	10.5.15	Vetada
1 L v 3/13	LACCULIVO	instalações portuárias e sobre as atividades		parcialmente
		desempenhadas pelos operadores		parciamiente
		portuários, e dá outras providências.		
		NOVA EMENTA: Dispõe sobre a		
		exploração direta e indireta pela União de		
		portos e instalações portuárias e sobre as		
		atividades desempenhadas pelos		
		operadores portuários; altera as Leis nºs		
		5.025, de 10 de junho de 1966, 10.233, de		
		5 de junho de 2001, 10.683, de 28 de maio		
		de 2003, 9.719, de 27 de novembro de		
		1998, e 8.213, de 24 de julho de 1991;		
		revoga as Leis n°s 8.630, de 25 de		
		fevereiro de 1993, e 11.610, de 12 de		
		dezembro de 2007, e dispositivos das Leis		
		n°s 11.314, de 3 de julho de 2006, e		
		11.518, de 5 de setembro de 2007; e dá		
		outras providências.		
MPV 597/12	Poder	Dá nova redação ao § 5° do art. 3° da Lei	21.5.13	Lei 12.832/13
PLV 7/13	Executivo	nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, e		
		dá outras providências.		

MPV 600/12	Poder	Altera a Lei nº 12.409, de 25 de maio de	21.5.13	Lei 12.833/13
PLV 10/13	Executivo	2011; a Medida Provisória nº 581, de 20 de setembro de 2012, que dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste – FDCO; constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais da Caixa Econômica Federal; altera as Leis nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, e nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992; altera a Medida Provisória nº 12.096, de		Vetada parcialmente
		24 de novembro de 2009; altera a Lei nº 12.663, de 5 de junho de 2012; e dá outras providências. NOVA EMENTA: Altera as Leis nºs 12.409, de 25 de maio de 2011, 12.793, de 2 de abril de 2013, que dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste – FDCO, constitui fonte adicional de recursos para ampliação de		
		limites operacionais da Caixa Econômica Federal, 12.462, de 4 de agosto de 2011, 5.862, de 12 de dezembro de 1972, 8.399, de 7 de janeiro de 1992, 12.096, de 24 de novembro de 2009, 12.663, de 5 de junho de 2012, 11.314, de 3 de julho de 2006, 12.487, de 15 de setembro de 2011, e 11.941, de 27 de maio de 2009; altera os		
		prazos constantes da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010; e altera a Medida Provisória nº 2.170-36, de 23 de agosto de 2001, e o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941; e dá outras providências.	20.7.2010	
MPV 605/13 PLV 12/13	Poder Executivo	Altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, na parte em que cria a Conta de Desenvolvimento Energético e estabelece seus objetivos.	28.5.2013	Perdeu eficácia no SF
MPV 601/12 PLV 11/13	Poder Executivo	Altera as Leis nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, para prorrogar o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras — Reintegra, e para desonerar a folha de pagamentos dos setores da construção civil e varejista; nº 11.774, de 17 de setembro de 2008, que reduz as alíquotas das contribuições de que tratam os incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, que dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias; nº 12.431, de 24 de junho de 2011; e nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, para permitir às pessoas jurídicas da rede de arrecadação de receitas federais deduzir o valor da remuneração dos serviços de arrecadação da base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social — Cofins; e dá outras providências.	28.5.13	Perdeu eficácia no SF

MPV 606/13	Poder	Altera as Leis nº 12.096, de 24 de	4.6.13	Lei 12.837/13
PLV 13/13	Executivo	novembro de 2009, para autorizar a		Let 12.65//15
		concessão de subvenção econômica ao		
		Banco Nacional de Desenvolvimento		
		Econômico e Social - BNDES, em		
		projetos de infraestrutura logística		
		direcionados a obras de rodovias e		
		ferrovias objeto de concessão pelo		
		Governo federal, nº 6.704, de 26 de		
		outubro de 1979, que dispõe sobre o		
		Seguro de Crédito à Exportação, e no		
		12.513, de 26 de outubro de 2011, que		
		institui o Programa Nacional de Acesso ao		
		Ensino Técnico e Emprego – Pronatec,		
		para autorizar a oferta de cursos técnicos		
		de nível médio por instituições privadas de		
MPV 609/13	Poder	ensino superior; e dá outras providências. Reduz a zero as alíquotas da Contribuição	11.6.13	
PLV 15/13	Executivo	para o PIS/PASEP, da COFINS, da	11.0.13	Lei 12.839/13
112 13/13	Laccutivo	Contribuição para o PIS/PASEP-		
		Importação e da COFINS Importação		
		incidentes sobre a receita decorrente da		
		venda no mercado interno e sobre a		
		importação de produtos que compõem a		
		cesta básica, e dá outras providências.		
MPV 608/13	Poder	Dispõe sobre crédito presumido apurado	12.6.13	Lei 12.838/13
PLV 14/13	Executivo	com base em créditos decorrentes de		
		diferenças temporárias oriundos de		
		provisões para créditos de liquidação		
		duvidosa nas condições que estabelece e		
		dispõe sobre os títulos de crédito e		
		instrumentos emitidos por instituições		
		financeiras e demais instituições		
		autorizadas a funcionar pelo Banco		
		Central do Brasil, para composição de seu		
		patrimônio de referência, e altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010.		
MPV 611/13	Poder	Abre crédito extraordinário, em favor dos	25.6.13	Lei 12.851/13
PLV 16/13	Executivo	Ministérios das Comunicações, do	23.0.13	LCI 12.031/13
12 (10/13	Laccuivo	Desenvolvimento Agrário, da Defesa e da		
		Integração Nacional, no valor de R\$		
		3.969.200.000,00, para os fins que		
		especifica.		
MPV 610/13	Poder	Amplia o valor do Benefício Garantia-	10.7.13	Lei 12.844/13
PLV 17/13	Executivo	Safra para a safra de 2011/2012, amplia o		Vetada
		Auxílio Emergencial Financeiro, de que		parcialmente
		trata a Lei nº 10.954, de 29 de setembro de		
		2004, relativo aos desastres ocorridos em		
		2012, autoriza a distribuição de milho para		
		venda a pequenos criadores, nos termos		
		que especifica, altera as Leis nº 12.249, de		
		11 de junho de 2010 e nº 12.716, de 21 de		
		setembro de 2012, e dá outras		
	<u> </u>	providências.		

MPV 614/13 PLV 18/13 MPV 613/13 PLV 20/13	Poder Executivo  Poder Executivo	Altera a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; altera a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007; e dá outras providências.  Institui crédito presumido da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS na venda de álcool, inclusive para fins carburantes; altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, e a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para dispor sobre incidência das referidas contribuições na importação e sobre a receita decorrente da venda no mercado interno de insumos da indústria química nacional que especifica,	20.8.13	Lei 12.863/13 Vetada parcialmente  Lei 12.859/13 Vetada parcialmente
MPV 616/13 PLV 19/13	Poder Executivo	e dá outras providências.  Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 2.932.125.346,00, para o fim que especifica.	28.8.13	Lei 12.861/13
MPV 615/13 PLV 21/13	Poder Executivo	Autoriza o pagamento de subvenção econômica aos produtores da safra 2011/2012 de cana-de-açúcar e de etanol da região Nordeste e o financiamento da renovação e implantação de canaviais com equalização da taxa de juros; dispõe sobre os arranjos de pagamento e as instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro - SPB; altera a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, para autorizar a União a emitir, sob a forma de colocação direta, em favor da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, títulos da dívida pública mobiliária federal; e dá outras providências.	9.9.13	Lei 12.865/13 Vetada parcialmente
MPV 620/13 PLV 22/13	Poder Executivo	Altera a Lei nº 12.793, de 2 de abril de 2013, para dispor sobre o financiamento de bens de consumo duráveis a beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida, constitui fonte adicional de recursos para a Caixa Econômica Federal, altera a Lei nº 12.741, de 8 de dezembro de 2012, que dispõe sobre as medidas de esclarecimento ao consumidor, para prever prazo de aplicação das sanções previstas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e dá outras providências.	10.9.13	Lei 12.868/13

MPV 618/13	Poder	Altera a Lei nº 10.552, de 13 de novembro	18.9.13	Lei 12.872/13
PLV 23/13	Executivo	de 2002, para dispor sobre a concessão de		
		garantia da União a entidades controladas		
		indiretamente pelos entes da Federação;		
		autoriza o aumento do capital social da		
		VALEC - Engenharia, Construções e		
		Ferrovias S.A.; autoriza a União a		
		renegociar condições financeiras e		
		contratuais das operações de crédito com o		
		Banco Nacional de Desenvolvimento		
		Econômico e Social - BNDES que		
		menciona; altera o cálculo da receita		
		líquida real dos Municípios, para		
		adequação à Lei nº 10.527, de 8 de agosto		
		de 2002; autoriza a União a conceder		
		crédito ao BNDES, no montante de até R\$		
		15.000.000.000,00 (quinze bilhões de		
		reais), em condições financeiras e		
		contratuais que permitam o seu		
		enquadramento como instrumento híbrido		
		de capital e dívida ou elemento		
		patrimonial que venha a substituí-lo na		
		formação do patrimônio de referência;		
		promove ações de cooperação energética		
		com países da América Latina; e dá outras		
MDV (24/12	D - 1	providências.	10.0.12	L -: 12.966/12
MPV 624/13	Poder	Abre crédito extraordinário, em favor de	18.9.13	Lei 12.866/13
	Executivo	Encargos Financeiros da União e de		
		Transferências a Estados, Distrito Federal		
		e Municípios, no valor de R\$		
		1.648.000.000,00, para os fins que		
		especifica.		

MPV 619/13	Poder	Autoriza a Companhia Nacional de	25.9.13	Lei 12.873/13
PLV 25/13	Executivo	Abastecimento a contratar o Banco do	23.7.13	Vetada
12, 20,10	2.1000.01	Brasil S.A. ou suas subsidiárias para atuar		parcialmente
		na gestão e na fiscalização de obras e		r
		serviços de engenharia relacionados à		
		modernização, construção, ampliação ou		
		reforma de armazéns destinados às		
		atividades de guarda e conservação de		
		produtos agropecuários; altera as Leis nº		
		8.212, de 24 de julho de 1991 e nº 8.213,		
		de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a		
		condição de segurado especial, o Decreto-		
		Lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967 e a		
		Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002,		
		para dispor sobre prazos do penhor rural, e		
		as Leis n° 12.096, de 24 de novembro de		
		2009 e nº 12.512, de 14 de outubro de		
		2011; atribui força de escritura pública aos		
		contratos de financiamento do Fundo de		
		Terras e da Reforma Agrária, de que trata		
		a Lei Complementar nº 93, de 4 de		
		fevereiro de 1998, celebrados por		
		instituições financeiras por meio de		
		instrumentos particulares; institui o		
		Programa Nacional de Apoio à Captação		
		de Água de Chuva e Outras Tecnologias		
		Sociais de Acesso à Água - Programa		
		Cisternas; e dá outras providências.		
MPV 621/13	Poder	Institui o Programa Mais Médicos e dá	9.10.13	Lei 12.871/13
PLV 26/13	Executivo	outras providências.		Vetada
				parcialmente
MPV 622/13	Poder	Abre crédito extraordinário, em favor de	22.10.13	Lei 12.877/13
	Executivo	Encargos Financeiros da União, no valor		Vetada
		de R\$ 380.000.000,00, para viabilizar o		parcialmente
		pagamento de subvenção econômica às		
		unidades industriais produtoras de etanol		
		combustível da Região Nordeste.		
MPV 626/13	Poder	Abre crédito extraordinário, em favor de	3.12.13	Vai ao Senado
	Executivo	Operações Oficiais de Crédito, no valor de		Federal
		R\$ 2.531.486.253,00, para o fim que		
		especifica.		

PROJETOS DE LEI				
Proposição	Autor	Ementa/ Assunto	Apreciação na Câmara	Situação
PL 60/99	Iara Bernardi	Dispõe sobre o atendimento às vítimas de violência sexual.	5.3.13	Lei 12.845/13

PL 4.787/12	Poder	Dispõe sobre as tabelas de salários,	6.3.13	Lei 12.800/13
12 11/0//12	Executivo	vencimentos, soldos e demais vantagens	0.0.10	261 12.000/13
	Zaccativo	aplicáveis aos servidores civis, aos		
		militares e aos empregados oriundos do		
		ex-Território de Rondônia integrantes do		
		quadro em extinção de que trata o art. 85		
		da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010,		
PL 5.395/09	Poder	e dá outras providências.	12.3.13	Lei 12.796/13
PL 5.395/09		Altera o art. 62 da Lei nº 9.394, de 20 de	12.3.13	Let 12.790/15
	Executivo	dezembro de 1996, que estabelece as		
		diretrizes e bases da educação nacional,		
		para dispor sobre a formação de docentes		
DY = 504/40	D 1	para atuar na educação básica.	12 2 12	1 : 12 707/12
PL 7.521/10	Poder	Dispõe sobre a criação do Quadro de	12.3.13	Lei 12.797/13
	Executivo	Oficiais de Apoio - QOAp no Corpo de		
		Oficiais da Ativa do Comando da		
		Aeronáutica e dá outras providências		
		(Emendas do Senado Federal)		
PL 4.904/12	Poder	Dispõe sobre a remuneração das	20.3.13	Lei 12.808/13
	Executivo	Carreiras de Auditoria da Receita Federal		
		do Brasil e Auditoria-Fiscal do Trabalho,		
		de que trata a Lei nº 10.910, de 15 de		
		julho de 2004; das Carreiras do Banco		
		Central do Brasil, de que trata a Lei nº		
		9.650, de 27 de maio de 1998; do Plano		
		de Carreiras e Cargos da Susep e do		
		Plano de Carreiras e Cargos da CVM, de		
		que trata a Lei nº 11.890, de 24 de		
		dezembro de 2008; da Carreira de		
		Analista de Infraestrutura e do cargo		
		isolado de Especialista em Infraestrutura		
		Sênior, de que trata a Lei nº 11.539, de 8		
		de novembro de 2007; do Plano de		
		Carreira dos Cargos de Reforma e		
		Desenvolvimento Agrário, de que trata a		
		Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005,		
		dos Bombeiros e Policiais Militares dos		
		Ex-Territórios Federais, dos militares		
		inativos e respectivos pensionistas		
		integrantes da Polícia Militar e do Corpo		
		de Bombeiros Militar do antigo Distrito		
		Federal, de que tratam as Leis nº 10.486,		
		de 4 de julho de 2002, 11.356, de 19 de		
		outubro de 2006 e 11.907, de 2 de		
		fevereiro de 2009; da Carreira Policial		
		Civil dos Extintos Territórios Federais do		
		Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, de		
		que trata a Lei nº 11.358, de 19 de		
		outubro de 2006; dos cargos de Médico		
		do Plano de Carreira dos Cargos de		
		Reforma e Desenvolvimento Agrário, de		
		que trata a Lei nº 12.702, de 7 de agosto		
		de 2012; e dá outras providências		
		EMENDAS DO SENADO FEDERAL	23.4.13	

PL 4.921/12	Poder Executivo	Dispõe sobre a remuneração dos militares do Distrito Federal e das Carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal.	21.3.13	Lei 12.804/13
PL 4.366/12	Poder Executivo	Cria cargos nas Carreiras de Delegado de Polícia e de Polícia Civil do Distrito Federal.	21.3.13	Lei 12.803/13
PL 1.023/11	Esperidião Amin	Altera a Lei nº 9.277, de 10 de maio de 1996, para dispor sobre a cobrança de pedágio.	26.3.13	Vai ao Senado Federal
PL 6.240/05	Sandra Rosado	Altera o art. 94 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso.	26.3.13	Vai ao Senado Federal
PL 6.903/06	Celso Russomano	Altera o inciso I do § 1° ao art. 148 do Decreto-Lei n° 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal". Explicação: Qualifica o crime de sequestro e cárcere privado quando for cometido contra mulher grávida, enfermo ou pessoa com a qual o agente tenha convivido.	2.4.13	Vai ao Senado Federal
PL 5.546/01	Nilmário Miranda e Nelson Pellegrino	Estabelece medidas de prevenção e regras para a persecução penal das práticas delituosas previstas na Lei nº 9.455, de 07 de abril de 1997, e dá outras providências.	2.4.13	Lei 12.847/13
PL 708/07	Rodrigo Rollemberg	Estende os incentivos especiais de que trata o parágrafo único do art. 103 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, ao produtor rural que adotar técnicas de integração lavoura e pecuária.	3.4.13	Lei 12.805/13
PL 4.470/12	Edinho Araújo	Altera as Leis n°s 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 9.504, de 30 de setembro de 1997, nos termos que especifica. Explicação: A migração partidária que ocorrer durante a legislatura, não importará na transferência dos recursos do fundo partidário e do horário de propaganda eleitoral no rádio e na televisão.	23.4.13	Lei 12.875/13
PL 2.592/07	Beto Albuquerque	Altera os arts. 170, 291, 292, 296, 301, 302, 303, 306 e 308 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e acresce dispositivo ao mesmo diploma legal.	24.4.13	Aguardando deliberação do Substitutivo do Senado Federal

	o		20.7.2012	**
PL 7.663/2010	Osmar Terra	Acrescenta e altera dispositivos à Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para tratar do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas, dispor sobre a obrigatoriedade da classificação das drogas, introduzir circunstâncias qualificadoras dos crimes previstos nos arts. 33 a 37, definir as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e dá outras providências.	28.5.2013	Vai ao Senado Federal
PL 23/2011	Armando Vergílio	Disciplina o funcionamento de empresas de desmontagem de veículos automotores terrestres, altera o art. 114 e o art. 126 da lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), e dá outras providências.	5.6.2013	Vai ao Senado Federal
PL 34/2007	Cassio Taniguchi	Altera os artigos 32 e 33 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que dispõe sobre o Estatuto das Cidades.	5.6.2013	Lei 12.836/13
PL 3.482/04	Professora Raquel Teixeira	Institui o Dia Nacional da Matemática	5.6.2013	Lei 12.835/13
PL 323/07	Brizola Neto	Altera a Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências. (Dispõe sobre a aplicação de recursos provenientes de royalties do petróleo, exclusivamente para educação, ações ambientais, energia, pavimentação de rodovias, abastecimento e tratamento de água, irrigação e saneamento básico). <b>EMENDAS DO SENADO FEDERAL</b>	25.6.13	Lei 12.858/13
PL 2.729/2011	Mendonça Filho	Dispõe sobre a redução a 0 % (zero por cento) das alíquotas das Contribuições Sociais para o Pis/Pasep e Cofins incidentes sobre as receitas decorrentes da atividade de transporte municipal local.	26.6.13	Lei 12.860/13
PL 4.264/2012	Poder Executivo	Institui a indenização devida a ocupante de cargo efetivo das Carreiras de Policial Federal, Policial Rodoviário Federal e Auditoria da Receita Federal do Brasil, dos Planos Especiais de Cargos da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e do Ministério da Fazenda, em exercício nas unidades situadas em localidades estratégicas vinculadas à prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços.	2.7.13	Lei 12.855/13 Vetada parcialmente

de 2012, para garantir acesso público a dados e informações empregados em análise de revisão de tarifa de remuneração de serviço de transporte público coletivo.  PL 4.529/2004 Comissão Especial dispondo sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude, e stabelecimento do Sistema Nacional de Juventude e dá outras providências.  PL 5.901/2013 Senado Federal PL 5.901/2013 Senado Federal PV 4.0 Lei 7.91 (2.853/13 acrescenta arts. 98-A, 98-B, 98-C, 99-A, 99-B, 100-A, 100-B e 109-A e revoga o art. 94 da Lei 7.91 (2.00 de 1998, para dispor sobre a gestão coletiva de direitos autorais, e dá outras providências.  PL 2.791/2011 Weverton Rocha Altera a Lei nº 12.505, de 11 de outubro de 2011, que concede anistia aos policiais e bombeiros militares dos Estados de Alagoas, da Bahia, do Ceará, de Mato Grosso, de Minas Gerais, de Pernambuco, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Norte, de Rondônia, de Roraima, de Santa Catarina, de Sergipe e do Tocantins e do Distrito Federal punidos por participar de movimentos reivindicatórios, para acrescentar os Estados de Goiás, do Maranhão, da Parafba e do Piauí.  PL 4.356/2012 Procuradoria Geral da República Comissão e funções de confiança no âmbito do Ministério Público do Trabalho.  PL 5.740/13 Poder Executivo federal a 1.10.13 Lei 12.897/13 Vetada
análise de revisão de tarifa de remuneração de serviço de transporte público coletivo.  PL 4.529/2004 Comissão Especial Institui o Estatuto da Juventude, dispondo sobre os direitos dos jovens, os princípios e direitos dos jovens, os princípios e direitos dos jovens, os princípios e direitos das políticas públicas de juventude, o estabelecimento do Sistema Nacional de Juventude e dá outras providências.  PL 5.901/2013 Senado Federal Altera os arts. 5º, 68, 97, 98, 99 e 100, acrescenta arts. 98-A, 98-B, 98-C, 99-A, 99-B, 100-A, 100-B e 109-A e revoga o art. 94 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para dispor sobre a gestão coletiva de direitos autorais, e dá outras providências.  PL 2.791/2011 Weverton Rocha Altera a Lei nº 12.505, de 11 de outubro de 2011, que concede anistia aos policiais e bombeiros militares dos Estados de Alagoas, da Bahia, do Ceará, de Mato Grosso, de Minas Gerais, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte, de Rondônia, de Roraima, de Santa Catarina, de Sergipe e do Tocantins e do Distrito Federal punidos por participar de movimentos reivindicatórios, para acrescentar os Estados de Goiás, do Maranhão, da Parába e do Piauí.  PL 4.356/2012 Procuradoria Geral da República Geral da República Omissão e funções de confiança no âmbito do Ministério Público do Trabalho.  PL 5.740/13 Poder Autoriza o Poder Executivo federal a 1.10.13 Lei 12.897/13
remuneração de serviço de transporte público coletivo.  PL 4.529/2004 Comissão Especial Sepecial Comissão Especial Sepecial Senado PL 5.901/2013 Senado Federal Sederal Sedera
PL 4.529/2004 Comissão Especial Institui o Estatuto da Juventude, dispondo sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude, o estabelecimento do Sistema Nacional de Juventude e dá outras providências.  PL 5.901/2013 Senado Federal Altera os arts. 5º, 68, 97, 98, 99 e 100, acrescenta arts. 98-A, 98-B, 98-C, 99-A, 99-B, 100-A, 100-B e 109-A e revoga o art. 94 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para dispor sobre a gestão coletiva de direitos autorais, e dá outras providências.  PL 2.791/2011 Weverton Rocha Altera a Lei nº 12.505, de 11 de outubro de 2011, que concede anistia aos policiais e bombeiros militares dos Estados de Alagoas, da Bahia, do Ceará, de Mato Grosso, de Minas Gerais, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte, de Rondônia, de Roraima, de Santa Catarina, de Sergipe e do Tocantins e do Distrito Federal punidos por participar de movimentos reivindicatórios, para acrescentar os Estados de Orocantins e do Piauí.  PL 4.356/2012 Procuradoria Geral da República Geral da República Ofrabalho.  PL 5.740/13 Poder Autoriza o Poder Executivo federal a 1.10.13 Lei 12.897/13
PL 4.529/2004   Comissão Especial   Institui o Estatuto da Juventude, dispondo sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude, o estabelecimento do Sistema Nacional de Juventude e dá outras providências.   PL 5.901/2013   Senado Federal   Altera os arts. 5°, 68, 97, 98, 99 e 100, acrescenta arts. 98-A, 98-B, 98-C, 99-A, 99-B, 100-A, 100-B e 109-A e revoga o art. 94 da Lei n° 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para dispor sobre a gestão coletiva de direitos autorais, e dá outras providências.   PL 2.791/2011   Weverton Rocha   Altera a Lei n° 12.505, de 11 de outubro de 2011, que concede anistia aos policiais e bombeiros militares dos Estados de Alagoas, da Bahia, do Ceará, de Mato Grosso, de Minas Gerais, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte, de Rondônia, de Roraima, de Santa Catarina, de Sergipe e do Tocantins e do Distrito Federal punidos por participar de movimentos reivindicatórios, para acrescentar os Estados de Goiás, do Maranhão, da Parafab e do Piauí.   PL 4.356/2012   Procuradoria Geral da República   Geral da República   Dispõe sobre a criação de cargos de membro, cargos efetivos, cargos em comissão e funções de confiança no âmbito do Ministério Público do Trabalho.   PL 5.740/13   Poder   Autoriza o Poder Executivo federal a   1.10.13   Lei 12.897/13
Especial dispondo sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude, o estabelecimento do Sistema Nacional de Juventude e dá outras providências.  PL 5.901/2013 Senado Federal Altera os arts. 5º, 68, 97, 98, 99 e 100, acrescenta arts. 98-A, 98-B, 98-C, 99-A, 99-B, 100-A, 100-B e 109-A e revoga o art. 94 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para dispor sobre a gestão coletiva de direitos autorais, e dá outras providências.  PL 2.791/2011 Weverton Rocha de 2011, que concede anistia aos policiais e bombeiros militares dos Estados de Alagoas, da Bahia, do Ceará, de Mato Grosso, de Minas Gerais, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte, de Rondônia, de Roraima, de Santa Catarina, de Sergipe e do Tocantins e do Distrito Federal punidos por participar de movimentos reivindicatórios, para acrescentar os Estados de Goiás, do Maranhão, da Paraíba e do Piauí.  PL 4.356/2012 Procuradoria Geral da República  PL 5.740/13 Poder Autoriza o Poder Executivo federal a 1.10.13 Lei 12.897/13
princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude, o estabelecimento do Sistema Nacional de Juventude e dá outras providências.  PL 5.901/2013 Senado Federal Altera os arts. 5°, 68, 97, 98, 99 e 100, acrescenta arts. 98-A, 98-B, 98-C, 99-A, 99-B, 100-A, 100-B e 109-A e revoga o art. 94 da Lei n° 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para dispor sobre a gestão coletiva de direitos autorais, e dá outras providências.  PL 2.791/2011 Weverton Rocha de 2011, que concede anistia aos policiais e bombeiros militares dos Estados de Alagoas, da Bahia, do Ceará, de Mato Grosso, de Minas Gerais, de Pernambuco, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Norte, de Rondônia, de Roraima, de Santa Catarina, de Sergipe e do Tocantins e do Distrito Federal punidos por participar de movimentos reivindicatórios, para acrescentar os Estados de Goiás, do Maranhão, da Paraíba e do Piauí.  PL 4.356/2012 Procuradoria Geral da República Dispõe sobre a criação de cargos de membro, cargos efetivos, cargos em comissão e funções de confiança no âmbito do Ministério Público do Trabalho.  PL 5.740/13 Poder Autoriza o Poder Executivo federal a 1.10.13 Lei 12.897/13
públicas de juventude, o estabelecimento do Sistema Nacional de Juventude e dá outras providências.  PL 5.901/2013  Senado Federal Altera os arts. 5°, 68, 97, 98, 99 e 100, acrescenta arts. 98-A, 98-B, 98-C, 99-A, 99-B, 100-A, 100-B e 109-A e revoga o art. 94 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para dispor sobre a gestão coletiva de direitos autorais, e dá outras providências.  PL 2.791/2011  Weverton Rocha  Altera a Lei nº 12.505, de 11 de outubro de 2011, que concede anistia aos policiais e bombeiros militares dos Estados de Alagoas, da Bahia, do Ceará, de Mato Grosso, de Minas Gerais, de Pernambuco, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Norte, de Rondônia, de Roraima, de Santa Catarina, de Sergipe e do Tocantins e do Distrito Federal punidos por participar de movimentos reivindicatórios, para acrescentar os Estados de Goiás, do Maranhão, da Paraíba e do Piauí.  PL 4.356/2012  Procuradoria Geral da República  Origo de Autoriza o Poder Executivo federal a 1.10.13  Lei 12.897/13
do Sistema Nacional de Juventude e dá outras providências.  PL 5.901/2013 Senado Federal Altera os arts. 5°, 68, 97, 98, 99 e 100, acrescenta arts. 98-A, 98-B, 98-C, 99-A, 99-B, 100-A, 100-B e 109-A e revoga o art. 94 da Lei n° 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para dispor sobre a gestão coletiva de direitos autorais, e dá outras providências.  PL 2.791/2011 Weverton Rocha Altera a Lei n° 12.505, de 11 de outubro de 2011, que concede anistia aos policiais e bombeiros militares dos Estados de Alagoas, da Bahia, do Ceará, de Mato Grosso, de Minas Gerais, de Pernambuco, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Norte, de Rondônia, de Roraima, de Santa Catarina, de Sergipe e do Tocantins e do Distrito Federal punidos por participar de movimentos reivindicatórios, para acrescentar os Estados de Goiás, do Maranhão, da Paraíba e do Piauí.  PL 4.356/2012 Procuradoria Geral da República Repúblico do Ministério Público do Trabalho.  PL 5.740/13 Poder Autoriza o Poder Executivo federal a 1.10.13 Lei 12.897/13
PL 5.901/2013 Senado Federal Altera os arts. 5°, 68, 97, 98, 99 e 100, acrescenta arts. 98-A, 98-B, 98-C, 99-A, 99-B, 100-A, 100-B e 109-A e revoga o art. 94 da Lei n° 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para dispor sobre a gestão coletiva de direitos autorais, e dá outras providências.  PL 2.791/2011 Weverton Rocha Altera a Lei n° 12.505, de 11 de outubro de 2011, que concede anistia aos policiais e bombeiros militares dos Estados de Alagoas, da Bahia, do Ceará, de Mato Grosso, de Minas Gerais, de Pernambuco, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Norte, de Rondônia, de Roraima, de Santa Catarina, de Sergipe e do Tocantins e do Distrito Federal punidos por participar de movimentos reivindicatórios, para acrescentar os Estados de Goiás, do Maranhão, da Paraíba e do Piauí.  PL 4.356/2012 Procuradoria Geral da República  PL 5.740/13 Poder Autoriza o Poder Executivo federal a 1.10.13 Lei 12.897/13
PL 5.901/2013   Senado Federal   Altera os arts. 5°, 68, 97, 98, 99 e 100, acrescenta arts. 98-A, 98-B, 98-C, 99-A, 99-B, 100-A, 100-B e 109-A e revoga o art. 94 da Lei n° 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para dispor sobre a gestão coletiva de direitos autorais, e dá outras providências.  PL 2.791/2011   Weverton Rocha   Altera a Lei n° 12.505, de 11 de outubro de 2011, que concede anistia aos policiais e bombeiros militares dos Estados de Alagoas, da Bahia, do Ceará, de Mato Grosso, de Minas Gerais, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte, de Rondônia, de Roraima, de Santa Catarina, de Sergipe e do Tocantins e do Distrito Federal punidos por participar de movimentos reivindicatórios, para acrescentar os Estados de Goiás, do Maranhão, da Paraíba e do Piauí.  PL 4.356/2012   Procuradoria Geral da República   Dispõe sobre a criação de cargos de membro, cargos efetivos, cargos em comissão e funções de confiança no âmbito do Ministério Público do Trabalho.  PL 5.740/13   Poder   Autoriza o Poder Executivo federal a   1.10.13   Lei 12.897/13
Federal acrescenta arts. 98-A, 98-B, 98-C, 99-A, 99-B, 100-A, 100-B e 109-A e revoga o art. 94 da Lei n° 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para dispor sobre a gestão coletiva de direitos autorais, e dá outras providências.  PL 2.791/2011 Weverton Rocha Altera a Lei n° 12.505, de 11 de outubro de 2011, que concede anistia aos policiais e bombeiros militares dos Estados de Alagoas, da Bahia, do Ceará, de Mato Grosso, de Minas Gerais, de Pernambuco, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Norte, de Rondônia, de Roraima, de Santa Catarina, de Sergipe e do Tocantins e do Distrito Federal punidos por participar de movimentos reivindicatórios, para acrescentar os Estados de Goiás, do Maranhão, da Paraíba e do Piauí.  PL 4.356/2012 Procuradoria Geral da República Geral da República O Ministério Público do Trabalho.  PL 5.740/13 Poder Autoriza o Poder Executivo federal a 1.10.13 Lei 12.897/13
99-B, 100-A, 100-B e 109-A e revoga o art. 94 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para dispor sobre a gestão coletiva de direitos autorais, e dá outras providências.  PL 2.791/2011 Weverton Rocha de 2011, que concede anistia aos policiais e bombeiros militares dos Estados de Alagoas, da Bahia, do Ceará, de Mato Grosso, de Minas Gerais, de Pernambuco, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Norte, de Rondônia, de Roraima, de Santa Catarina, de Sergipe e do Tocantins e do Distrito Federal punidos por participar de movimentos reivindicatórios, para acrescentar os Estados de Goiás, do Maranhão, da Paraíba e do Piauí.  PL 4.356/2012 Procuradoria Geral da República Geral da República O Ministério Público do Trabalho.  PL 5.740/13 Poder Autoriza o Poder Executivo federal a 1.10.13 Lei 12.897/13
art. 94 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para dispor sobre a gestão coletiva de direitos autorais, e dá outras providências.  PL 2.791/2011 Weverton Rocha Altera a Lei nº 12.505, de 11 de outubro de 2011, que concede anistia aos policiais e bombeiros militares dos Estados de Alagoas, da Bahia, do Ceará, de Mato Grosso, de Minas Gerais, de Pernambuco, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Norte, de Rondônia, de Roraima, de Santa Catarina, de Sergipe e do Tocantins e do Distrito Federal punidos por participar de movimentos reivindicatórios, para acrescentar os Estados de Goiás, do Maranhão, da Paraíba e do Piauí.  PL 4.356/2012 Procuradoria Geral da República Geral da República O Ministério Público do Trabalho.  PL 5.740/13 Poder Autoriza o Poder Executivo federal a 1.10.13 Lei 12.897/13
de 1998, para dispor sobre a gestão coletiva de direitos autorais, e dá outras providências.  PL 2.791/2011  Weverton Rocha Rocha  Altera a Lei nº 12.505, de 11 de outubro de 2011, que concede anistia aos policiais e bombeiros militares dos Estados de Alagoas, da Bahia, do Ceará, de Mato Grosso, de Minas Gerais, de Pernambuco, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Norte, de Rondônia, de Roraima, de Santa Catarina, de Sergipe e do Tocantins e do Distrito Federal punidos por participar de movimentos reivindicatórios, para acrescentar os Estados de Goiás, do Maranhão, da Parafba e do Piauí.  PL 4.356/2012  Procuradoria Geral da República  Geral da República  PL 5.740/13  Poder  Autoriza o Poder Executivo federal a 1.10.13  Lei 12.883/13
coletiva de direitos autorais, e dá outras providências.  PL 2.791/2011 Weverton Rocha Altera a Lei nº 12.505, de 11 de outubro de 2011, que concede anistia aos policiais e bombeiros militares dos Estados de Alagoas, da Bahia, do Ceará, de Mato Grosso, de Minas Gerais, de Pernambuco, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Norte, de Rondônia, de Roraima, de Santa Catarina, de Sergipe e do Tocantins e do Distrito Federal punidos por participar de movimentos reivindicatórios, para acrescentar os Estados de Goiás, do Maranhão, da Paraíba e do Piauí.  PL 4.356/2012 Procuradoria Geral da República Dispõe sobre a criação de cargos de membro, cargos efetivos, cargos em comissão e funções de confiança no âmbito do Ministério Público do Trabalho.  PL 5.740/13 Poder Autoriza o Poder Executivo federal a 1.10.13 Lei 12.897/13
PL 2.791/2011 Weverton Rocha Altera a Lei nº 12.505, de 11 de outubro de 2011, que concede anistia aos policiais e bombeiros militares dos Estados de Alagoas, da Bahia, do Ceará, de Mato Grosso, de Minas Gerais, de Pernambuco, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Norte, de Rondônia, de Roraima, de Santa Catarina, de Sergipe e do Tocantins e do Distrito Federal punidos por participar de movimentos reivindicatórios, para acrescentar os Estados de Goiás, do Maranhão, da Paraíba e do Piauí.  PL 4.356/2012 Procuradoria Geral da República Geral da República Omissão e funções de confiança no âmbito do Ministério Público do Trabalho.  PL 5.740/13 Poder Autoriza o Poder Executivo federal a 1.10.13 Lei 12.897/13
PL 2.791/2011  Weverton Rocha  Altera a Lei nº 12.505, de 11 de outubro de 2011, que concede anistia aos policiais e bombeiros militares dos Estados de Alagoas, da Bahia, do Ceará, de Mato Grosso, de Minas Gerais, de Pernambuco, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Norte, de Rondônia, de Roraima, de Santa Catarina, de Sergipe e do Tocantins e do Distrito Federal punidos por participar de movimentos reivindicatórios, para acrescentar os Estados de Goiás, do Maranhão, da Paraíba e do Piauí.  PL 4.356/2012  Procuradoria Geral da República  PL 5.740/13  Poder  Altera a Lei nº 12.505, de 11 de outubro de 2011, que concede anistia aos policiais e bombeiros militares dos Estados de Alagoas, da Bahia, do Ceará, de Mato Grosso, de Minas Gerais, de Pernambuco, do Rio de Sergipe e do Tocantins e do Distrito Federal punidos por participar de movimentos reivindicatórios, para acrescentar os Estados de Goiás, do Maranhão, da Paraíba e do Piauí.  Dispõe sobre a criação de cargos de membro, cargos efetivos, cargos em comissão e funções de confiança no âmbito do Ministério Público do Trabalho.  PL 5.740/13  Poder  Autoriza o Poder Executivo federal a 1.10.13  Lei 12.848/13  Lei 12.848/13  Lei 12.848/13  Lei 12.848/13  Lei 12.848/13  Lei 12.848/13
Rocha de 2011, que concede anistia aos policiais e bombeiros militares dos Estados de Alagoas, da Bahia, do Ceará, de Mato Grosso, de Minas Gerais, de Pernambuco, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Norte, de Rondônia, de Roraima, de Santa Catarina, de Sergipe e do Tocantins e do Distrito Federal punidos por participar de movimentos reivindicatórios, para acrescentar os Estados de Goiás, do Maranhão, da Paraíba e do Piauí.  PL 4.356/2012 Procuradoria Geral da República Geral do Ministério Público do Trabalho.  PL 5.740/13 Poder Autoriza o Poder Executivo federal a 1.10.13 Lei 12.897/13
e bombeiros militares dos Estados de Alagoas, da Bahia, do Ceará, de Mato Grosso, de Minas Gerais, de Pernambuco, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Norte, de Rondônia, de Roraima, de Santa Catarina, de Sergipe e do Tocantins e do Distrito Federal punidos por participar de movimentos reivindicatórios, para acrescentar os Estados de Goiás, do Maranhão, da Paraíba e do Piauí.  PL 4.356/2012 Procuradoria Geral da República Geral da República PL 5.740/13 Poder Autoriza o Poder Executivo federal a 1.10.13 Lei 12.897/13
Alagoas, da Bahia, do Ceará, de Mato Grosso, de Minas Gerais, de Pernambuco, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Norte, de Rondônia, de Roraima, de Santa Catarina, de Sergipe e do Tocantins e do Distrito Federal punidos por participar de movimentos reivindicatórios, para acrescentar os Estados de Goiás, do Maranhão, da Paraíba e do Piauí.  PL 4.356/2012 Procuradoria Geral da República Geral da República comissão e funções de confiança no âmbito do Ministério Público do Trabalho.  PL 5.740/13 Poder Autoriza o Poder Executivo federal a 1.10.13 Lei 12.897/13
Grosso, de Minas Gerais, de Pernambuco, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Norte, de Rondônia, de Roraima, de Santa Catarina, de Sergipe e do Tocantins e do Distrito Federal punidos por participar de movimentos reivindicatórios, para acrescentar os Estados de Goiás, do Maranhão, da Paraíba e do Piauí.  PL 4.356/2012 Procuradoria Geral da República Dispõe sobre a criação de cargos de membro, cargos efetivos, cargos em comissão e funções de confiança no âmbito do Ministério Público do Trabalho.  PL 5.740/13 Poder Autoriza o Poder Executivo federal a 1.10.13 Lei 12.897/13
Pernambuco, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Norte, de Rondônia, de Roraima, de Santa Catarina, de Sergipe e do Tocantins e do Distrito Federal punidos por participar de movimentos reivindicatórios, para acrescentar os Estados de Goiás, do Maranhão, da Paraíba e do Piauí.  PL 4.356/2012 Procuradoria Geral da República Geral da República Procuradoria Procuradoria Procuradoria Geral da República Procuradoria Procurad
Grande do Norte, de Rondônia, de Roraima, de Santa Catarina, de Sergipe e do Tocantins e do Distrito Federal punidos por participar de movimentos reivindicatórios, para acrescentar os Estados de Goiás, do Maranhão, da Paraíba e do Piauí.  PL 4.356/2012 Procuradoria Geral da República Geral da República Estados de funções de confiança no âmbito do Ministério Público do Trabalho.  PL 5.740/13 Poder Autoriza o Poder Executivo federal a 1.10.13 Lei 12.897/13
Roraima, de Santa Catarina, de Sergipe e do Tocantins e do Distrito Federal punidos por participar de movimentos reivindicatórios, para acrescentar os Estados de Goiás, do Maranhão, da Paraíba e do Piauí.  PL 4.356/2012 Procuradoria Geral da República Geral da República Comissão e funções de confiança no âmbito do Ministério Público do Trabalho.  PL 5.740/13 Poder Autoriza o Poder Executivo federal a 1.10.13 Lei 12.897/13
do Tocantins e do Distrito Federal punidos por participar de movimentos reivindicatórios, para acrescentar os Estados de Goiás, do Maranhão, da Paraíba e do Piauí.  PL 4.356/2012 Procuradoria Geral da República Comissão e funções de confiança no âmbito do Ministério Público do Trabalho.  PL 5.740/13 Poder Autoriza o Poder Executivo federal a 1.10.13 Lei 12.897/13
punidos por participar de movimentos reivindicatórios, para acrescentar os Estados de Goiás, do Maranhão, da Paraíba e do Piauí.  PL 4.356/2012 Procuradoria Geral da República Membro, cargos efetivos, cargos em comissão e funções de confiança no âmbito do Ministério Público do Trabalho.  PL 5.740/13 Poder Autoriza o Poder Executivo federal a 1.10.13 Lei 12.897/13
reivindicatórios, para acrescentar os Estados de Goiás, do Maranhão, da Paraíba e do Piauí.  PL 4.356/2012 Procuradoria Geral da República República Comissão e funções de confiança no âmbito do Ministério Público do Trabalho.  PL 5.740/13 Poder Autoriza o Poder Executivo federal a 1.10.13 Lei 12.897/13
Estados de Goiás, do Maranhão, da Paraíba e do Piauí.  PL 4.356/2012 Procuradoria Geral da República República Omissão e funções de confiança no âmbito do Ministério Público do Trabalho.  PL 5.740/13 Poder Autoriza o Poder Executivo federal a 1.10.13 Lei 12.897/13
Paraíba e do Piauí.  PL 4.356/2012 Procuradoria Geral da República República Dispõe sobre a criação de cargos de membro, cargos efetivos, cargos em comissão e funções de confiança no âmbito do Ministério Público do Trabalho.  PL 5.740/13 Poder Autoriza o Poder Executivo federal a 1.10.13 Lei 12.897/13
PL 4.356/2012 Procuradoria Geral da República Dispõe sobre a criação de cargos de membro, cargos efetivos, cargos em comissão e funções de confiança no âmbito do Ministério Público do Trabalho.  PL 5.740/13 Poder Autoriza o Poder Executivo federal a 1.10.13 Lei 12.897/13
Geral da República membro, cargos efetivos, cargos em comissão e funções de confiança no âmbito do Ministério Público do Trabalho.  PL 5.740/13 Poder Autoriza o Poder Executivo federal a 1.10.13 Lei 12.897/13
República comissão e funções de confiança no âmbito do Ministério Público do Trabalho.  PL 5.740/13 Poder Autoriza o Poder Executivo federal a 1.10.13 Lei 12.897/13
âmbito do Ministério Público do Trabalho.  PL 5.740/13 Poder Autoriza o Poder Executivo federal a 1.10.13 Lei 12.897/13
Trabalho.  PL 5.740/13 Poder Autoriza o Poder Executivo federal a 1.10.13 Lei 12.897/13
PL 5.740/13 Poder Autoriza o Poder Executivo federal a 1.10.13 Lei 12.897/13
Executivo instituir Serviço Social Autonomo Vetada
demonstrate Aschule Martenet de manifelarente
denominado Agência Nacional de parcialmente Assistência Técnica e Extensão Rural -
Anater, e dá outras providências  PL 6.053/13 Poder Dispõe sobre a criação de Funções 1.10.13 Lei 12.898/13
Executivo Comissionadas do DNIT - FCDNIT, no
Departamento Nacional de Infraestrutura
de Transportes, e dá outras providências. <b>PL 5.643/09</b> Senado Dispõe sobre a gratuidade dos atos de 10.10.13 Lei 12.879/13
registro, perus associações de
moradores, necessários à adaptação
estatutária ao Código Civil e para fins
de enquadramento dessas entidades
como Organizações da Sociedade
Civil de Interesse Público.

PL 6.397/13	Senado Federal	Altera as Leis n°s 4.737, de 15 de julho de 1965, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 9.504, de 30 de setembro de 1997, para diminuir o custo das campanhas eleitorais, e dá outras providências.	22.10.13	Lei 12.891/13
PL 4.357/12	Procuradoria Geral da República	Altera a Lei nº 10.771, de 21 de novembro de 2003, na parte que dispõe sobre a criação de Procuradorias da República em Municípios no âmbito do Ministério Público Federal	24.10.13	Lei 12.930/13
PL 2202/11	Ministério Público	Dispõe sobre a criação de cargos de membro e cargos em comissão, no âmbito do Ministério Público Federal.	31.10.13	Lei 12.931/13

PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO				
Proposição	Autor	Ementa/ Assunto	Apreciação na Câmara	Situação
PDC 568/12	CREDN	Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República da Sérvia sobre a Isenção de Vistos para seus Respectivos Nacionais, assinado em Belgrado, em 20 de junho de 2010.	21.2.13	Decreto Legislativo 242/13
PDC 549/12	Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul	Aprova o texto da Decisão CMC nº 8/11 "Contribuições para o Orçamento do Instituto Social do Mercosul", aprovada em Assunção, em 28 de junho de 2011.	27.2.13	Decreto Legislativo 243/13
PDC 569/12	Senado Federal	Disciplina o pagamento da ajuda de custo dos membros do Congresso Nacional.	27.2.13	Decreto Legislativo 210/13
PDC 585/12	Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul	Aprova a Decisão do Conselho do Mercado Comum do Mercosul nº 37/08, aprovada durante a XXXVI Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum (CMC), em Salvador, em 15 de dezembro de 2008, que estabelece a estrutura do Instituto Social do Mercosul (ISM).	27.2.13	Decreto Legislativo 244/13
PDC 571/12	CREDN	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Berlim, em 8 de novembro de 2010.	14.3.13	Decreto Legislativo 219/13
PDC 333/11 (MSC 117/11)	CREDN	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino de Lesoto, celebrado em Brasília, em 8 de setembro de 2010	21.3.13	Decreto Legislativo 328/13

PDC 561/12 (MSC 46/12)	CREDN	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para a Construção de uma Ponte Internacional sobre o Rio Peperi-Guaçu, entre as Cidades de Paraíso, Brasil, e San Pedro, Argentina, assinado em Buenos Aires, em 31 de janeiro de 2011	21.3.13	Decreto Legislativo 306/13
PDC 564/12 (MSC 43/12)	Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai sobre Transporte Fluvial e Lacustre na Hidrovia Uruguai-Brasil, assinado em Santana do Livramento, em 30 de julho de 2010.	21.3.13	Decreto Legislativo 305/13
PDC 567/12 (MSC 49/12)	CREDN	Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Santa Lúcia, celebrado em Brasília, em 26 de abril de 2010.	21.3.13	Decreto Legislativo 327/13
PDC 471/11 (MSC 370/11)	Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul	Aprova o texto da Decisão CMC nº 63, de 2010, "Alto Representante-Geral do Mercosul", aprovada na XL Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum, realizada em Foz do Iguaçu, Paraná, em 16 de dezembro de 2010.	23.5.13	Decreto Legislativo 304/13
PDC 808/12 (MSC 246/12)	CREDN	Aprova o texto da Convenção sobre a Conservação das Espécies Migratórias de Animais Silvestres (CMS), assinado em Bonn, em 23 de junho de 1979.	6.6.2013	Decreto Legislativo 387/13
PDC 837/13	CREDN	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Geórgia sobre Isenção Parcial de Vistos para Portadores de Passaportes Comuns, assinado em Brasília, em 26 de agosto de 2011.	6.6.13	Decreto Legislativo 329/13
PDC 580/2012 (MSC 44/12)	CREDN	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte para Evitar a Dupla Tributação de Salários, Ordenados e outras Remunerações Auferidas por Membro de Tripulação de Aeronave Operada em Tráfego Internacional, assinado em Brasília, em 2 de setembro de 2010.	13.6.13	Decreto Legislativo 372/13
PDC 560/12 (MSC 496/11)	CREDN	Aprova o texto do Acordo Internacional de Madeiras Tropicais, 2006, concluído em Genebra, em 27 de janeiro de 2006.	11.7.13	Decreto Legislativo 325/13

PDC 872/13	CREDN	Aprova o texto do Acordo sobre a Segurança da Aviação Civil entre o Governo da República Federativa do Brasil e a União Europeia, assinado em Brasília, em 14 de julho de 2010	11.7.13	Decreto Legislativo 326/13
PDC 2820/10 (MSC 177/10)	CREDN	Aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil, o Governo da República da Colômbia e o Governo da República do Peru para Combater as Atividades Ilícitas nos Rios Fronteiriços ou Comuns, assinado em Letícia, em 20 de julho de 2008.	17.7.13	Decreto Legislativo 388/13
PDC 825/13 (MSC 55/13)	CREDN	Aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Canadá, celebrado em Brasília, em 8 de agosto de 2011.	12.9.13	Decreto Legislativo 421/13
PDC 873/13	CREDN	Aprova o texto do Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia sobre Cooperação Bilateral em Matéria de Defesa, assinado em Varsóvia, em 1º de dezembro de 2010.	12.9.13	Decreto Legislativo 422/13
PDC 818/13 (MSC 323/12)	Senado Federal	Aprova a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional, encaminhados ao Congresso Nacional pela Mensagem nº 83, de 2012.	12.9.13	Decreto Legislativo 373/13
PDC 1124/13 (MSC 96/13)	CREDN	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cingapura sobre a Isenção Parcial de Vistos, assinado em Cingapura, em 14 de dezembro de 2011.	10.10.13	Decreto Legislativo 423/13
PDC 1024/13 (MSC 34/13)	CREDN	Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Seicheles sobre a Isenção Parcial de Vistos, assinado em Victoria, em 13 de dezembro de 2011.	31.10.13	Vai ao Senado Federal
PDC 1027/13 (MSC 85/13)	CREDN	Aprova o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, Ciência e Cultura, assinado em Brasília, em 21 de setembro de 2011.	7.11.13	Vai ao Senado Federal

PDC 919/13 (MSC 63/18)	CREDN	Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia no Campo da Luta contra o Crime Organizado e outras Modalidades Delituosas, celebrado em Brasília, em 9 de outubro de 2006	21.11.13	Vai ao Senado Federal
PDC 1361/13	Senado Federal	Susta os efeitos da Resolução nº 23.389, de 9 de abril de 2013, expedida pelo Tribunal Superior Eleitoral, que dispõe sobre o número de membros da Câmara dos Deputados e das Assembleias e Câmara Legislativa para as eleições de 2014.	27.11.13	Decreto Legislativo 424/13
PDC 1026/13	CREDN	Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa em Matéria de Previdência Social, assinado em Brasília, em 15 de dezembro de 2011.	28.11.13	Vai ao Senado Federal
PDC 1055/13	CREDN	Aprova o Texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa na Área da Luta Contra a Exploração Ilegal do Ouro em Zonas Protegidas ou de Interesse Patrimonial, celebrado no Rio de Janeiro, em 23 de dezembro de 2008	12.12.13	Decreto Legislativo 425/13

PROJETOS DE RESOLUÇÃO				
Proposição	Autor	Ementa/ Assunto	Apreciação na Câmara	Situação
PRC 166/13	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados	Altera o inciso IX e acrescenta inciso XXI ao art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, para desmembrar as competências da atual Comissão Educação e Cultura.	27.2.13	Resolução 21/13
PRC 168/13	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados	Altera a denominação da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional.	28.2.13	Resolução 22/13
PRC 173/13	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados	Altera a denominação da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional.	6.3.13	Resolução 23/13
PRC 144/12	Jandira Feghali	Declara nula a Resolução da Mesa da Câmara dos Deputados, adotada em 10 de janeiro de 1948, que extinguiu os mandatos dos deputados do Partido Comunista do Brasil.	20.3.13	Resolução 24/13

PRC 176/13	Mesa Diretora da Câmara dos	Altera o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, aprovado pela	26.3.13	Resolução 25/13
	Deputados	Resolução nº 17, de 21 de setembro de 1989, para dispor sobre a institucionalização da Corregedoria Parlamentar e dá outras providências.		
PRC 177/13	Mesa Diretora da Câmara dos	Cria o Centro de Estudos e Debates Estratégicos da Câmara dos Deputados.	26.3.13	Resolução 26/13
	Deputados			
PRC 178/13	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados	Dispõe sobre a estrutura temporária da Liderança do Partido Social Democrático-PSD, e dá outras providências.	16.4.13	Resolução 27/13
PRC 72/07	Dr. Ubiali	Institui o Grupo Parlamentar Brasil - República do Paquistão e dá outras providências.	23.5.13	Resolução 28/13
PRC 75/11	Janete Capiberibe	Denomina "Plenário Chico Mendes" o Plenário da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional (CAINDR).	23.5.13	Resolução 29/13
PRC 171/13	Weliton Prado	Institui o Grupo Parlamentar Brasil- Nepal	23.5.13	Resolução 30/13
PRC 143/12	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados	Dispõe sobre a criação de cargos e funções comissionadas na Consultoria Legislativa	11.7.13	Resolução 32/13
PRC 208/13	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados	Dispõe sobre a estrutura para a Representação do Partido Ecológico Nacional – PEN.	17.7.13	Resolução 33/13
PRC 184/13	Cláudio Cajado	Cria o Grupo Parlamentar Brasil - República do Azerbaijão.	8.8.13	Resolução 34/13
PRC 77/11	Vitor Paulo	Cria o Grupo Parlamentar Brasil- Equador.	15.8.13	Resolução 35/13
PRC 140/12	Ricardo Izar	Institui o Grupo Parlamentar Brasil - Luxemburgo	15.8.13	Resolução 36/13
PRC 86/11	Cleber Verde	Cria o Grupo Parlamentar Brasil- Chipre	22.8.13	Resolução 37/13
PRC 129/12	Júlio Delgado	Cria o Grupo Parlamentar Brasil - Letônia e Estônia	22.8.13	Resolução 38/13
PRC 213/13	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados	Institui a Medalha Ulysses Guimarães, a ser conferida pela Câmara dos Deputados por ocasião do transcurso dos 25 anos da promulgação da Constituição Federal de 1988.	12.9.13	Resolução 39/13
PRC 84/11	Moacir Micheletto	Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Albânia.	12.9.13	Resolução 40/13
PRC 202/13	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados	Altera o Capítulo II-A do Título II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, aprovado pela Resolução nº 17, de 1989, para dispor sobre a Secretaria da Mulher, a Procuradoria da Mulher e a Coordenadoria dos Direitos da Mulher e dá outras providências.	10.7.13	Resolução 31/13

PRC 219/13	Mesa Diretora	Institui a Medalha Assembleia Nacional	1.10.13	Resolução 41/13
	da Câmara dos	Constituinte, a ser conferida pela		and the same of th
	Deputados	Câmara dos Deputados aos		
	_	Constituintes e Colaboradores que		
		contribuíram para a elaboração da		
		Constituição Federal de 1988, e define		
		critérios para sua distribuição.		
PRC 203/13	Claudio Cajado	Cria o Grupo Parlamentar Brasil -	17.10.13	Resolução 42/13
DD G 440/44	~······	Malásia.	15.10.10	D 1 7 10/10
PRC 218/13	Cleber Verde	Cria o Grupo Parlamentar Brasil-Catar.	17.10.13	Resolução 43/13
PRC 179/13	João Ananias	Cris o Crupo Porlamenter Presil	7.11.13	Pagaluaão 44/12
PRC 179/13	Joan Allallias	Cria o Grupo Parlamentar Brasil – Mongólia.	7.11.13	Resolução 44/13
PRC 223/13	Givaldo	Altera o § 1° do art. 66 do Regimento	28.11.13	Resolução 45/13
1 KC 223/13	Carimbão	Interno para possibilitar o Primeiro-	20.11.13	Resolução 45/15
		Vice-Líder a falar, na ausência do		
		Líder.		
PRC 100/11	Ronaldo	Cria o Grupo Parlamentar Brasil -	28.11.13	Resolução 46/13
	Fonseca	Quênia.		-
PRC 232/13	Mesa Diretora	Dá nova redação aos arts. 188 e 240 do	3.12.13	Resolução 47/13
	da Câmara dos	Regimento Interno da Câmara dos		
	Deputados	Deputados e aos arts.13 e 14 do Código		
		de Etica e Decoro Parlamentar para		
		determinar que as deliberações sobre		
		decretação de perda de mandato nas		
		hipóteses previstas nos incisos I, II e		
		VI, do art. 55 da Constituição Federal		
DD C 225/12	M D:	sejam tomadas por votação ostensiva	11 10 12	D 1 ~ 40/12
PRC 235/13	Mesa Diretora	Extingue o Pecúlio dos Servidores da	11.12.13	Resolução 48/13
	da Câmara dos	Câmara dos Deputados, instituído pela		
PRC 228/13	Deputados Mesa Diretora	Resolução n. 84, de 1984.  Estabelece as estruturas temporárias da	17.12.13	Resolução 49/13
FRC 220/13	da Câmara dos	Liderança do Partido Republicano da	17.12.13	Kesolução 49/13
	Deputados	Ordem Social e da Liderança do		
	Deputados	Solidariedade e dá outras providências.		
PRC 231/13	Rubens Bueno	Altera o art. 91 do Regimento Interno	17.12.13	Resolução 50/13
1110 201/10		da Câmara dos Deputados, aprovado		3.00 0 07 00
		pela Resolução nº 17, de 1989, para dar		
		nova redação ao §1°, para explicitar a		
		finalidade da Comissão Geral prevista		
		na hipótese do inciso I; limitar o		
		número de convidados indicados pelos		
		partidos; fixar prazo para divulgação da		
		relação de convidados indicados; e		
		acrescenta o §1º-A para modificar a		
		ordem dos oradores.		

OUTRAS MATÉRIAS				
Proposição	Autor	Ementa/ Assunto	Apreciação na Câmara	Situação
REP 20/13	MESA	Representa em face do Deputado Natan Donadon, em razão de condenação criminal transitada em julgado.	28.8.13	Rejeitado

## \* COMISSÕES GERAIS

- Comissão Geral para debater a Segurança Pública e a Violência no Trânsito 19.3.13
- Comissão Geral para debater a temática da Seca 8.5.13
- Comissão Geral para debater transporte público urbano 9.7.13
- Comissão Geral para debater a Terceirização PL 4330/2004 18.9.13
- Comissão Geral para debater o Código do Processo Civil 19.9.13
- Comissão Geral para debater a violência contra a pessoa idosa 2.10.13
- Comissão Geral para discutir o Programa "Mais Médicos" 4.9.13
- Comissão Geral para debater o Marco Civil da Internet 6.11.13
- Comissão Geral para debater a crise enfrentada pelos municípios brasileiros SOS Municípios – 12.11.13
- Comissão Geral para debater o PL 7699/13- Estatuto do Portador de Deficiência 3.12.13
- Comissão Geral para discutir o fim da violência contra a mulher 4.12.13 (realizada dentro da sessão deliberativa ordinária)

## COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

- Comissões Parlamentares de Inquérito Encerradas
- Trabalho Escravo
- Comissões Parlamentares de Inquérito em Funcionamento
- Tráfico de Pessoas no Brasil
- Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes
- Trabalho Infantil

## **COMISSÕES ESPECIAIS**

#### • Comissões Especiais Encerradas

- PEC 037/11 Competência da Investigação Criminal
- PEC 478/10 Igualdade de Direitos Trabalhistas
- Parlamento Jovem Brasileiro
- PL 6826/10 Atos contra a Administração Pública.
- PEC 207/12 Defensorias Públicas da União e do DF.
- PL 323/07- Aplicação dos Recursos dos Royalties
- PEC 565/06 Execução da Lei Orçamentária Anual.
- Financiamento da Saúde Pública
- Modificações à Lei 12.619- Profissão Motorista

#### • Comissões Especiais em Funcionamento

- PL 6667/13 Regulamenta o Marketing Multinível.
- PEC 170/12 Aposentadoria por Invalidez
- PEC 479/10 Acesso a Internet aos Cidadãos

- PEC 247/13 Defensoria Pública em Todas as Unidades
- PL 5627/13 Terrenos de Marinha
- PL 37/11 Mineração
- PL 7197/02 Medidas Socioeducativas a infratores
- PEC 339/09 Adicional Noturno Segurança Pública
- PLP 237/12 Altera o Estatuto da Microempresa
- PEC 454/09 Carreira Única de Médico de Estado
- PEC 209/12 Recurso Especial no Âmbito do STJ
- PEC 368/09 Recursos Destinados à Irrigação
- PEC 55/11 Carreira do Policiamento de Trânsito
- PL 2177/11 Código Nacional Ciência e Tecnologia
- PEC 506/10 Zona Franca de Manaus
- PEC 032/99 Bolsa/Crédito Educativo Aluno Carente
- PL 3.555/04 Normas Gerais Contrato Seguro Privado
- Aprimoramento das Instituições Brasileiras
- PEC 005/11 Subsídios Cargos Públicos
- PL 7663/10 Sistema Nac. Políticas sobre Drogas
- PL 3460/04 Cria o Estatuto da Metrópole
- PEC 010/11 Plano de Metas dos Poderes Executivos
- PEC 111/11 Servidores dos Ex-Territórios
- PL 5403/01 Marco Civil da Internet
- PL 1572/11 Institui o Código Comercial
- PEC 405/09 Aposentadoria para Garimpeiro
- Agroindústria e Produtor Rural
- PL 1.610/96 Exploração Recursos Terras Indígenas
- PL 7.420/06 Lei de Responsabilidade Educacional
- PL 7.123/10 Estrada-Parque Caminho do Colono
- PL 7.672/10 Educação Sem Uso de Castigos Corporais
- Lei da Anistia
- PEC 443/09 Remuneração dos Advogados Públicos
- PL 6.025/05 Código de Processo Civil
- Segurança Pública
- PL 7.495/06 Cria empregos públicos na FUNASA
- PEC 10/95 Sistema Distrital Misto
- PL 8.035/10 Plano Nacional de Educação
- Reforma Política
- Regulamentação da Constituição Federal
- RES 29/93 Documentos Sigilosos
- PL 6753/13 Proforte
- PEC 313/13 Perda Automática do Mandato
- PEC 293/13 Profissionais de Saúde Forças Armadas
- PEC 82/07 Autonomia Funcional
- PEC 186/07 Normas da Administração Tributária
- PEC 11/11 Nomeação para função de confiança
- PL 1927/03 Desoneração tributária do transporte
- PL 5013/13 Proteção à saúde e ao meio ambiente
- PEC 215/00 Demarcação de terras indígenas
- PEC 290/13 Atividades ciência, tecnologia e inovação.
- Reforma do Código Penal
- PEC 90/11 Transporte como Direito Social
- PEC 147/12 Parâmetros Remuneração dos Servidores
- PL 5332/09 Cria "O pão brasileiro"

- PEC 70/11 Processo de Apreciação de MP
- PEC 196/12 Voto aberto para perda de mandato
- PEC 197/12 ICMS e Comércio Eletrônico
- Reformulação do Ensino Médio

### **COMISSÕES EXTERNAS**

#### Comissões Externas Encerradas

- Internação Compulsória em São Paulo
- Jornada da Juventude 2013 no Rio de Janeiro
- Luta dos Indígenas

#### Comissões Externas em Funcionamento

- Reconstrução do Porto de Minério da Icomi no Amapá
- Desastres na Região Serrana do Rio de Janeiro
- Tragédia em Santa Maria/RS
- Legado Copa e jogos olímpicos para o Rio e Região
- Disparos contra o jornalista Ricardo Gama no Rio
- Lixo Hospitalar em Pernambuco
- Assembleia Legislativa do Pará
- Vazamento de Óleo ocorrido na Bacia de Campos
- Violência Contra Povo Indígena Guarani-Kaiowá
- Reserva Suiá-Missú
- Confinados na Sede da Aerus no Rio de Janeiro
- Tortura e Violência sofrida por Mara Rúbia
- Maus tratos de animais no Laboratório Royal/SP
- Denúncia de Assassinato em São Félix do Xingu- PA